

# política

## Leite se disse estarrecido com plano para matar Lula

Governador comentou investigação da Polícia Federal direto da Ásia

### / INVESTIGAÇÃO

Guilherme Kolling, de Tóquio  
guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br

A notícia da investigação da Polícia Federal (PF) que aponta um plano no fim de 2022 para matar o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes repercutiu entre a delegação gaúcha desde o início das primeiras horas da manhã desta quarta-feira - Tóquio está 12 horas à frente de Brasília no fuso-horário.

“Recebo (essas informações) com muita preocupação e com indignação, porque a democracia é um valor para todos nós. Ela não é perfeita, tem seus problemas, mas imaginar que chegue ao nível de conjecturar e articular um plano desses, para um golpe, a execução do presidente que foi eleito pela população é algo estarrecedor, merece a mais profunda investigação”, afirmou o governador Eduardo Leite.

O chefe do Executivo observou que o Judiciário ainda fará uma análise mais profunda sobre o caso. “Se forem confirmados os indícios que estão

ai aparecendo, conseguirem demonstrar essa articulação, merecerão a mais profunda repressão, com a pena severa, rigorosa, para mostrar que o País não dará espaço para esses planos absurdos”, completou Leite.

O governador disse que respeita as instituições “tanto agora quanto no passado”, apontando que, em meio à polarização do País, havia contestação no passado à investigação de casos de corrupção em governos do PT e agora há críticas à atuação da Justiça contra atos considerados golpistas por parte de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

## Lira pode arquivar projeto de anistia sobre 8 de janeiro

O PT enviou ontem ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um pedido de arquivamento do projeto de lei que anistia os condenados pela invasão das sedes dos Três Poderes nos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. O partido argumenta que é “inoportuno” e “inconveniente” manter a tramitação da proposta no Congresso após as revelações da Polícia Federal (PF) sobre um plano de assassinato elaborado em 2022 contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O projeto da anistia quase foi votado em outubro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), diante da pressão de parlamentares bolsonaristas. No entanto, Lira retirou a proposta do colegiado e a encaminhou para uma comissão especial, o que prolongou o tempo de tramitação.

“Além de demonstrar a gravíssima trama criminoso dos chefes do golpe, que poderiam vir a se beneficiar da anistia proposta, a perspectiva de perdão ou impunidade dos envolvidos tem servido de estímulo a indivíduos ou grupos extremistas de extrema direita”, diz nota assinada pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e pelo líder da sigla na Câmara, Odair Cunha (MG).

A anistia chegou a virar assunto da sucessão de Lira na Câmara. Nas negociações para



Presidente da Câmara recebeu solicitação encaminhada pelo PT

apoiar o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), favorito para vencer a eleição da Mesa Diretora em fevereiro, o PT pediu compromisso com o arquivamento do projeto. O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, defendeu o avanço do texto. Para que o tema não contaminasse o processo sucessório, Lira avisou que resolveria o imbróglio ainda este ano. A promessa abriu caminho para que tanto o PT quanto o PL embarcassem na candidatura de Motta.

No requerimento enviado a Lira, Gleisi e Odair pedem o arquivamento do projeto da anistia “em virtude da perda de oportunidade”. Os petistas argumentam que o presidente da Câmara tem a atribuição de engavetar uma proposta legislativa de ofício, ou seja, por decisão própria.

“Os recentes e gravíssimos acontecimentos relacionados com o objeto de deliberação do presente Projeto de Lei configuram inquestionável perda de oportunidade, de maneira que se faz necessário o seu arquivamento”, diz o requerimento.

O plano de matar Lula, Alckmin e Moraes foi revelado nesta terça-feira pela PF na Operação Contragolpe. Foram presos o general reformado Mário Fernandes, ex-assessor do governo Bolsonaro; Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira e Rodrigo Bezerra de Azevedo, todos militares das Forças Especiais do Exército, conhecidos como “kids pretos”; e Wladimir Matos Soares, policial federal. Eles são suspeitos de planejar um golpe de Estado após a derrota de Bolsonaro para Lula nas eleições de 2022.

## Pacheco afirma que suspeita é ‘extremamente preocupante’

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC



Presidente do Senado defende ‘rigor da lei’ para os envolvidos

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou como “extremamente preocupante” as suspeitas contra militares que, segundo a Polícia Federal, tramariam um golpe de Estado que culminaria na morte de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Pacheco também defendeu que os envolvidos “sejam julgados sob o rigor da lei”, um indicativo contrário à anistia dos envolvidos em todo o processo investigado pelo Supremo Tribunal Federal, cujo ato público foi a destruição do 8 de janeiro.

Em nota divulgada à imprensa nesta terça-feira Pacheco disse que são “extremamente preocupantes as suspeitas que pesam sobre militares e um policial federal, alvos de operação da Polícia Federal”.

“O grupo, segundo as investigações, tramava contra a democracia, em uma clara ação com viés ideológico. E o mais grave, conforme a polícia, esses militares e o po-

licial federal tinham um plano para assassinar o presidente da República e o seu vice, além de um ministro do Supremo”, declarou.

O senador reiterou que “não há espaço no País para ações que atentem contra o regime democrático, e menos ainda, para quem planeja tirar a vida de quem quer que seja”. E finalizou: “Que a investigação alcance todos os envolvidos para que sejam julgados sob o rigor da lei”.

O plano Punhal Verde e Amarelo, apreendido com o general reformado do Exército Mário Fernandes - ex-secretário-executivo da Presidência do governo Bolsonaro - previa o assassinato de Lula por envenenamento ou “uso de químicos para causar um colapso orgânico”, considerando a vulnerabilidade de saúde e ida frequente a hospitais do petista. No planejamento dos militares presos na Operação Contragolpe, Lula era tratado pelo codinome Jeca e seu vice, Alckmin, era Joca. Segundo a Polícia Federal, o arquivo “continha um verdadeiro planejamento com características terroristas”.

## Data para assassinar presidente e vice seria em 15 de dezembro, diz PF

O dia 15 de dezembro de 2022 foi, segundo a Polícia Federal (PF), a data em que se colocaria em prática o plano para assassinar o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e seu vice, Geraldo Alckmin (PSB). Nesta data, Lula estava em São Paulo, participando de um evento com catadores de materiais recicláveis. Alckmin se reunia com governadores em um hotel em Brasília.

Três dias antes, em 12 de dezembro, diversos locais da capital federal foram alvos de atentados de um grupo que, por vários dias, ficou acampado em frente ao Quartel

General do Exército, pedindo apoio aos militares para um golpe de Estado, de forma a evitar o retorno de Lula à Presidência da República.

Duas semanas depois, no dia 24 de dezembro, integrantes deste mesmo grupo chegaram a colocar uma bomba em um caminhão de combustível estacionado próximo ao aeroporto de Brasília. Investigações sobre estes eventos apontaram, na época, indícios de que esses atos estavam conectados.

A PF investiga se os planos de assassinato de Lula e Alckmin também têm conexão com os fatos ocorridos em 12 e 24 de dezembro.